

CÔA VISO

CULTURA E CIÊNCIA

Nº 0 • ANO DE 1998



EDIÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Capela de S. Pedro de Numão

– Iª intervenção na Vila Velha de Numão

ISABEL ALEXANDRA LOPES
HELOÍSA VALENTE DOS SANTOS
PAULA BARREIRA ABRANCHES

INTRODUÇÃO

A Intervenção Arqueológica na Vila Velha de Numão insere-se na linha de investigação em História Medieval do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto) que tem como objectivo primordial o conhecimento da história do vinho e da viticultura duriense desde as origens até à actualidade. Só através da realização de estudos particulares centrados nas comunidades que constituem o Vale do Douro é que poderemos compreender o seu todo e a forma como se processou a evolução da organização do povoamento e dos territórios nesta região.

A paisagem, tal como a encontramos actualmente, é o resultado não só das condições naturais - clima, solos -, mas também da acção do Homem ao longo dos séculos. As sucessivas ocupações do solo, na constante procura de novos espaços de cultivo como resultado da pressão demográfica, deram um cunho muito próprio a esta região, alterando a cobertura vegetal e originando uma morfologia agrária associada à monocultura da vinha. No Douro, em encostas que até aí só davam mato bravo, começou no séc.XVII a levantar-se a escadaria de socalcos destinados a sustentar a terra, com o objectivo de explorar a vinha, sendo esta cultura o principal incentivo para se arrotearem estas terras pobres, declivosas e agrestes.

Ainda que na divisão administrativa Numão se localize no concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda, as suas características geográficas levam Orlando Ribeiro a inseri-lo na região que denomina por «Alto Douro e depressões anexas». Apesar de toda a área envolvente se integrar num conjunto de xistos, Numão e Freixo de Numão destacam-se por se situarem em dois afloramentos graníticos.

Estas condições geomorfológicas condicionam o clima da região, de características mediterrânicas, com um Verão longo e muito quente e um Inverno moderado. Estamos nos domínios da «Terra Quente». Com efeito, devido à extensão montanhosa do Marão/Montemuro que o circunda por ocidente, gera-se no Alto Douro um microclima de

carácter mediterrânico, com uma secura muito acentuada e prolongada e fraca pluviosidade ao longo do ano.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A primeira questão que se coloca ao iniciar um estudo sobre Numão é saber quando se iniciou a ocupação humana do local, de quando datam as primeiras manifestações da acção do homem sobre o meio.

O morro onde se implanta o Castelo de Numão tem sido alvo, ao longo do tempo, de interesse de vários investigadores e curiosos, nomeadamente do Dr. João Moutinho Gouveia que recolheu inúmeros materiais, que podem evidenciar a presença do Homem em períodos tão recuados como a pré-história recente.

Embora só uma intervenção arqueológica possa datar seguramente o início dessa ocupação, ela poderá ser induzida através de algumas evidências materiais - machados de anfibolite¹ e cerâmicas recolhidas na prospecção e intervenção arqueológica cujas pastas e decorações parecem apontar para o período Calcolítico e inícios do Bronze². Aliando estes dados ao facto de existirem na zona vários povoados datados desse período, nomeadamente Castanheiro do Vento em Custóias³, Castelo Velho em Freixo de Numão⁴ e Citânia da Teja⁵, leva-nos a afirmar que também o morro de Numão terá sido ocupado na pré-história recente. Assim, estaremos perante a única implantação de um povoado calcolítico num afloramento granítico, uma vez que todos os povoados deste período conhecidos nesta área se localizam em zonas xistosas⁶.

¹ Sá Coixão e Trabulo (1995).

² Para análise destas cerâmicas, agradecemos a colaboração do Dr. João Muralha Cardoso.

³ Jorge (1990).

⁴ Jorge (1992).

⁵ Sá Coixão e Trabulo (1995).

⁶ Informação cedida pelo Dr. João Muralha Cardoso.

O período da Idade do Ferro é ainda de difícil compreensão na margem esquerda do Douro. Ainda que a historiografia tradicional⁷ faça corresponder a todas as elevações com as características topográficas do morro de Numão, um povoado castrejo, não existem vestígios materiais evidentes que o provem. No entanto, o facto de no morro de Numão se encontrarem materiais associados ao período romano e ter sido ocupado possivelmente desde o Calcolítico, leva-nos a colocar duas hipóteses. Na linha dessa continuidade ocupacional, Numão teria sido um castro romanizado, ainda que associado a uma outra ocupação na parte baixa do núcleo actual, onde foram recolhidos materiais romanos. Por outro lado, a presença humana pode nunca se ter registado neste local, durante este período, deslocando-se para um dos morros próximos. Estas hipóteses ficam em aberto até que a área seja objecto de trabalhos de prospecção sistemática.

Nos sécs. que se seguem ao domínio romano, a história desta área a sul do Douro e muito particularmente a de Numão, torna-se de difícil reconstrução pela extrema escassez de fontes documentais e arqueológicas. No entanto, julgamos que esta lacuna se deverá mais à falta de trabalhos de investigação nesta área e para este período cronológico, do que propriamente à inexistência dessas fontes.

Sabemos que durante o reinado suevo-visigótico todo o território português (e peninsular) mantém a organização provincial estabelecida por Diocleciano no final do séc. III. *Grosso modo*, o território a norte do Douro estava integrado na província da *Callaecia*, correspondendo o sul à *Lusitania*. Nesta província, as dioceses que se situavam na margem esquerda do rio Douro - e mais próximas de Numão - eram as de Lamego e Calábria. A qual delas pertenceria a zona onde se implanta Numão?

As referências documentais de que dispomos só nos permitem retomar o curso da história desta vila já no séc. X, quando no testamento de D. Flâmula de 960 aparece referenciado o castelo de Numão doado, juntamente com outros castelos da Beira Interior, ao Mosteiro de Guimarães⁸. Porém, este mosteiro deve ter perdido o controlo destas estruturas aquando da grande investida de Almançor entre 981 e 1002. Estes territórios, cedo serão devolvidos ao domínio das forças cristãs pelas campanhas de Fernando, o Magno (1055-1057), como o prova o inventário dos bens do Mosteiro de Guimarães, de 1059, onde se confirma as doações de 9609. Uma vez que o castelo hoje existente é de raiz românica, que tipo de estrutura fortificada

constituiria o doado por D. Flâmula? Não era forçoso que estas construções fossem do tipo pátio defendido por muralha - castelo, no sentido restrito do termo -, mas podiam tão somente corresponder a uma torre¹⁰.

Ainda que, pela doação de D. Flâmula em 960, se saiba que o território de Numão não estava ermo, revestindo-se de uma considerável presença militar, atestada pela designação de *castello*, continua obscura a forma como nesse séc. X se organizaria toda a estrutura social e económica deste lugar.

O documento seguinte que nos fornece novas indicações é o Foral concedido a Numão em 1130 pelo Braganção Fernão Mendes. A concessão desta carta integra-se na linha para a construção de uma estrutura socio-política totalmente nova nesta região e na do futuro reino de Portugal, salientando-se a tentativa de organização e fixação da população neste local.

Este primeiro foral é confirmado por D. Afonso II em Quintela, no mês de Outubro numa data que nos suscita dúvidas¹¹, por D. Dinis em Trancoso, a 27 de Outubro de 1285, por D. João I, em Viseu, a 22 de Janeiro de 1430 e por D. Afonso V, em Avis, a 8 de Fevereiro de 1465.

A 22 de Agosto de 1512, D. Manuel concede à Vila de Numão uma nova carta de foral, que se insere no âmbito da concessão de "forais novos". A carta de foral perde o seu carácter eminentemente político, passando a funcionar como uma actualização de encargos tributários e simultaneamente reforçando o poder régio ao retirar alguns privilégios do foro privado para o domínio régio.

Se a concessão do Foral de 1130 está intimamente ligada à tentativa da consolidação das linhas de fronteira iniciada por D. Afonso Henriques, funcionando como pólo aglutinador de uma área e de uma população dentro de um termo, a partir do Tratado de Alcanices de 1297 que define a linha de fronteira, a função para a qual foi criado deixa de ter significado.

Assim, durante todo o séc. XIII as pequenas localidades que constituem o seu termo, iniciam um processo gradual de "autonomização", sendo

⁹ PMH, DC, 420. «*Et in extremis ex alia parte durio castellos. id sunt Trancoso cum suas villas. longobria. terrenio. moraria. nauman. uacinada. Pennadedomno. Amendola. Ceniorzelli. Alcobria et caria. (...)*»

¹⁰ Barroca (1990).

¹¹ Após a leitura do foral de 1130, publicado por Pinto Ferreira, verificámos que a data que se refere à confirmação dada por D. Afonso II à Vila de Numão, não confere com o reinado do mesmo. Se data referida é a de 1265, retirando-lhe os 38 anos obtém-se a data de 1227, que já corresponde ao reinado de D. Sancho II. Recorrendo ao PMH, LC, pág. 368-370 concluímos haver um erro na transcrição da data do original.

⁷ Gonçalves da Costa (1977), vol. I, pág. 24-25.

⁸ PMH, DC, 81. «*Ordinamus nostros castellos id est Trancoso moraria longobria nauman uacinata amindula pena de dono alcobria seniorzelli Caria cum alias penellas et popalatoras que sunt in ipsa stremadura (...)*»

concedida a muitas delas carta de foral¹². No entanto, nunca deixam de estar integradas na área jurídica de Numão, pelo menos até à segunda metade do séc. XVII, altura em que são inseridas no concelho de Freixo de Numão. Esta localidade constitui caso único dentro das povoações do termo de Numão, uma vez que em meados do séc. XVI para aí se deslocam os principais responsáveis administrativos, o alcaide-mor e os tabeliães.

Se a transferência do centro jurídico-administrativo de Numão para Freixo de Numão se inicia no séc. XVII, ela não é mais do que o culminar de um longo processo de estagnação verificado em Numão, pelo menos a partir do séc. XIV.

Mas, não será a sua decadência política apenas o reflexo de todo um conjunto de alterações verificadas quer ao nível das mentalidades, quer ao nível económico?

CAPELA DE S. PEDRO - 1ª INTERVENÇÃO NA VILA VELHA DE NUMÃO

A capela de S. Pedro, objecto principal desta intervenção, pode-se definir como uma pequena construção situada no exterior do Castelo de Numão a nascente, onde hoje é apenas possível observar o que resta de um espaço sagrado e daí tentar induzir como este se estruturaria. Associada a esta capela existe uma necrópole de dezassete sepulturas escavadas na rocha já sem tampa.

Ao tentar balizar o período de vigência deste edifício, confrontamo-nos com algumas referências documentais, sobressaindo de entre estas as relativas à nomeação de cargos eclesiásticos: em 1289, Egídio Pires é designado reitor¹³, em 1377, Fernão Esteves¹⁴ e em 1428, Álvaro Gonçalves¹⁵. Um outro manuscrito de diferente cariz como é, o Rol das Igrejas de 1320-21¹⁶, refere o pagamento de 150 libras por parte de S. Pedro de Numão ao bispado de Lamego.

O documento que mais elementos nos tem fornecido, O *Memorial da Ermida de S. Pedro*¹⁷, datado de 1558, relata acontecimentos ocorridos desde, pelo menos, o séc. XIII, dando-nos conta da transladação da pia baptismal dessa capela para a igreja de Santa Maria de intra-muros. Refere também que, por essa altura, os habitantes de Mós e Freixo de Numão ainda assistiam à celebração dos ofícios na capela de S. Pedro e que em 1428 o reitor desta capela dirige uma súplica ao Papa para deixar de celebrar ofícios diários na capela de

S. Pedro de Freixo de Numão, dados os fracos rendimentos provocados pela elevada taxa de mortalidade então registada.

O *Auto de reconhecimento, medição e demarcação da Capela e Adro de S. Pedro*¹⁸, datado de 1751, descreve o interior do edifício, referindo a existência de um altar de pedra, onde estava colocada a imagem do padroeiro. Pelo *Auto* sabemos que todo o edifício era construído em pedra de cantaria e tinha duas portas. A principal com arco e voltada a poente, e a lateral, quadrada, virada a sul. O edifício, segundo a mesma fonte, media sete varas¹⁹ craveiras de comprimento e cinco de largura. O adro media 30 varas de poente para norte, de norte para nascente e de nascente para sul. Com base no mesmo documento, o primeiro marco que delimitava o adro estava colocado a sul, medindo apenas 14 varas em direcção ao segundo marco colocado a poente. Esta delimitação materializada pelos marcos de pedra com as iniciais da Universidade de Coimbra, tinha como finalidade demarcar o adro como propriedade desta instituição.

Partindo desta base documental, a intervenção arqueológica teve como principal objectivo conhecer a planta da capela, já que só eram visíveis três panos de parede, o norte, o sul e o este, não se identificando o seu limite para oeste.

Devido ao desmoronamento das paredes para o interior da capela, foi necessário proceder ao seu desentulhamento. Foi então detectado o derrube do telhado, que cobria um lajeado constituído por pedras irregulares de pequenas dimensões, bastante desgastadas pela circulação.

Este último circunscrevia-se a um corredor central perfeitamente delimitado a norte e a sul por três sepulturas antropomórficas escavadas na rocha. A única sepultura escavada durante a intervenção arqueológica tinha um comprimento máximo de 1,90 m por 65 cm de largura, com uma profundidade de 32cm, estava orientada para nascente e encontrava-se violada.

Do material recolhido no seu enchimento salienta-se um dinheiro de D. Afonso IV, fragmentos de reboco com pintura a vermelho e preto e do espólio osteológico apenas restou parte de um fémur.

Na tentativa de encontrar a parede oeste, foi aberta uma sondagem junto ao limite oeste da parede norte, tendo sido detectado o cunhal e todo o seu alinhamento para sul. Perfeitamente centrada em relação ao lajeado interior da capela foi reconhecida a soleira da porta, com 1 metro de comprimento bem como o encaixe do eixo da porta. O desnível existente entre a soleira e o lajeado, aproximadamente 1 metro, pressupõe a existência de degraus, hipótese reforçada pela presença de

¹² Franklin, Francisco Nunes (1825), Murça teve foral em 1224, Horta em 1228, Mós em 1241 e Cústoias em 1254.

¹³ Costa (1979), vol.II, pág.224.

¹⁴ Costa (1979), vol.II, pág.224.

¹⁵ Soalheiro (1995), pág.11.

¹⁶ Almeida, pág.118.

¹⁷ Soalheiro(1995), pág. 9.

¹⁸ Soalheiro(1995), pág. 9.

¹⁹ Uma vara corresponde a 1,10m.

uma pedra bem aparelhada no interior de um muro de sustentação de terras, construído junto a esta parede. Ainda junto à soleira mas na face exterior surge parte do que parece ser uma grande laje, com 1,50 metros de comprimento, que poderá corresponder a um lajeado externo. Assim, as dimensões aproximadas deste edifício calculam-se em 7,80 m de comprimento por 6 m de largura, o que corresponde às medidas avançadas pela leitura do *Auto* de 1751.

Na intervenção prevista para o corrente ano, pretende-se alargar a área de escavação para oeste, no sentido de confirmar a hipótese, colocada durante os trabalhos de 96, da existência de um lajeado exterior à Capela. Prevemos, igualmente, a abertura de uma sondagem no interior do recinto amuralhado na tentativa de obtermos a sequência cronológica dos principais momentos de ocupação desse espaço.

Do espólio cerâmico recolhido, foi possível identificar dois grupos que correspondem a dois períodos cronológicos distintos. Um conjunto residual é constituído por alguns fragmentos calcolíticos e do Bronze, com decorações puncionadas, penteadas e incisas bem como alguns fragmentos sem decoração, com destaque para um exemplar calcolítico polido. Um grande grupo insere-se nos horizontes medievais, com fragmentos que apresentam decorações cordadas e incisões onduladas. Destacam-se as formas fechadas que correspondem a painéis e pequenos recipientes de armazenamento²⁰.

Relativamente ao espólio numismático para além do já referido Dinheiro de D. Afonso IV, salientam-se os Dinheiros de D. Afonso III e de D. Fernando detectados na camada que cobria o alicerce da parede oeste.

Durante o levantamento do derrube das paredes da Capela foram reconhecidos diversos fragmentos de possíveis tampas de sepultura relacionados com a prática da tumulação no seu interior bem como uma estela subrectangular com cruz simples e incisa, outra possivelmente quadrangular e uma última discóide quase completa, ornamentada numa só face com um motivo de quatro folhas gravadas em cruz e com as extremidades arredondadas²¹.

Na tentativa de estabelecer uma datação para a construção e período de utilização da Capela de S. Pedro de Numão, apoiámo-nos em diversos elementos. Em primeiro lugar, nas cronologias já estabelecidas para as sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, que parecem ter perdurado, embora de forma esporádica, até aos sécs. XIII-

-XIV. Mas, segundo a opinião generalizada da maior parte dos autores consultados, situa-se entre os séculos IX e XI o período áureo da sua utilização²². Tanto a necrópole exterior, constituída por 17 sepulturas antropomórficas talhadas no afloramento granítico, como as 3 existentes no interior da Capela, perfeitamente alinhadas em relação às paredes norte e sul, encaixam-se nestas balizas cronológicas. Por outro lado, teremos que ter em linha de conta que o Castelo de Numão está já documentado desde o séc. X²³. Também os panos de parede da Capela apresentam um aparelho não-isódomo utilizado durante o séc. XI e inícios do séc. XII. Estas três constatações leva-nos a colocar, embora de forma tímida, a hipótese de que o séc. XI pode ter sido o século que viu surgir este espaço religioso.

Sabemos que, durante os séculos seguintes a Capela foi utilizada como local de culto, estando-lhe inclusivamente anexos outros espaços religiosos cujo orago era também S. Pedro, como S. Pedro de Freixo e S. Pedro das Mós.²⁴

A julgar por um documento datado de 1428, em que o reitor da Capela de S. Pedro de Numão dirige uma súplica ao Papa pedindo a isenção de celebrar missa todos os dias na Capela de S. Pedro de Freixo de Numão²⁵, e por um outro de 1297²⁶ que atesta a existência de uma outra igreja no interior do recinto amuralhado quando é nomeado João Miguéis para clérigo da Igreja de Santa Maria de Numão, podemos considerar a possibilidade de estes dois edifícios religiosos terem coexistido, pelo menos até ao séc. XV.

A partir desta altura, as referências documentais referentes à Capela de S. Pedro tornam-se escassas, por estar ainda incompleto o levantamento da documentação inédita, o que nos impossibilita saber da sua (in)existência.

A Capela poderia eventualmente ter perdido protagonismo em relação à igreja intra-muros, a partir da altura em que a vila se teria deslocado para a parte baixa do morro. O acesso ao castelo era facilitado por um caminho que se dirigia directamente para a porta Sul, próxima da Igreja de Santa Maria que apresenta uma maior dimensão, bem como uma estrutura arquitectónica mais elaborada. Estes factores conjugados poderiam ter contribuído para que este espaço se tornasse no local de celebração dos ofícios religiosos e de enterramento, anteriormente reservada à Capela de S. Pedro e espaço sagrado envolvente.

²² Barroca (1987).

²³ PMH, DC, 81.

²⁴ Em 1302, D. Vasco de Alvelos, ratificava a doação outorgada a D. Dinis pelo concelho da Vila de Numão, das igrejas de S. Pedro de Numão, S. Pedro de Freixo, Santa Maria de Valbom e Santa Maria de Aldeia Nova. (Costa, 1979:225).

²⁵ Soalheiro (1985), pág. 9.

²⁶ Costa (1979), pág. 225.

²⁰ Agradecemos a colaboração na classificação das cerâmicas do Drs. António Silva, Miguel Rodrigues e Iva Botelho

²¹ Agradecemos ao Dr. Beleza Moreira a informação concedida.

Se esta perda de importância gradual se vinha verificando, porquê a necessidade de delimitar e materializar a posse do adro da Capela de S. Pedro, comprovada pelo *Auto* de 1751?

Sendo esses terrenos propriedade da Universidade de Coimbra, a demarcação efectuada teria a ver com a premência de conhecer os limites das suas propriedades?

O documento descreve pormenorizadamente a capela como se esta estivesse ainda em funções. Teria sido sempre utilizada, a par da Igreja de S. Maria, ou apenas perdeu o estatuto de sede de jurisdição eclesiástica?

PROJECTO DE VALORIZAÇÃO DA VILA DE NUMÃO

São estas as interrogações que servirão de base ao programa de estudos a desenvolver nos próximos anos. No entanto, responder a estas questões não é o único nem o principal objectivo desta intervenção, estando neste momento em fase de elaboração um projecto de valorização do Castelo e da Vila de Numão, com vista a uma candidatura ao Programa Pro-Côa..

A primeira acção prevista, prende-se com uma campanha de limpeza a desenvolver neste Verão, junto à Capela de S. Pedro e necrópole adjacente e no interior do Castelo, principalmente ao longo dos vários caminhos que atravessam todo o espaço outrora urbanizado.

Numa segunda fase, e tendo em conta as acções que irão sendo desenvolvidas, elaborar-se-á um percurso de visita que conduzirá quem se desloca a Numão, por uma viagem através dos diversos momentos da história da Vila.

A criação de um pequeno núcleo museológico que expresse, através dos artefactos expostos, o quotidiano e as vivências de uma população, constitui um dos propósitos deste projecto, contribuindo deste modo para a reabilitação e desenvolvimento da Vila de Numão.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de, *O domínio romano em Portugal*, col. Forum da História, nº 1 Mem Martins, Pub. Europa-América, 1988.
- ABRANCHES, Paula B.; LOPES, Isabel A.; VALENTE dos SANTOS, Heloísa, «Vila Velha de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Uma primeira abordagem.» in *Douro - Estudos & Documentos*, nº 1, Porto, 1996.
- ABRANCHES, Paula B.; LOPES, Isabel A.; VALENTE dos SANTOS, Heloísa, «Comportamentos socio - económicos e demográficos da Vila Velha de Numão. Sécs. X a XVI», Fundação da Juventude, Porto (no prelo).
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. IV, Porto, Ed. Livraria Civilização.
- ALMEIDA, João de *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1945.
- AZEVEDO, Luis Gonzaga, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1939, p.100
- AZEVEDO, Rui de, «Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba-Côa antes do Tratado de Alcanices» (1297), sep. *Biblos*, vol. X, 1934.
- BARROCA, Mário J. N., «Necrópoles e Sepulturas Medievais DE Entre-Douro-E-Minho (sécs.V a XV)», Porto, 1987.
- BARROCA, Mário J. N., «Do castelo da Reconquista ao castelo românico (sécs. IX a XII)», in *Portugália*, nova série - vol.XI-XII, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990/91.
- BEÇA, Humberto, *Castelos da Beira Histórica*, Porto, 1922.
- BRUM FERREIRA, António de, *Planaltos e montanhas do Norte da Beira - Estudo de Geomorfologia*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº 4, Lisboa, 1978.
- COLLAÇO, J. T. Magalhães, *Cadastro da População do Reino (1527)*. Revista da Fac. De Direito da Univ. de Lisboa, Ano III, 1934.
- COSTA, M.Gonçalves da, *História da Cidade e do Bispado de Lamego*, vols.I, II, III, Lamego, 1977-79-82.
- Cortes Portuguesas. Reinado de D.Fernando I (1367-1383)*, vol. II (1383), Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- Dicionário de História de Portugal*, sob direcção de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1991.
- DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, delegação do centro, processo relativo ao Castelo de Numão.
- Documentos das Chancelarias Reais*, sob dir. de Pedro de Azevedo, tomo I (1415-1450), Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.
- DURAND, Robert, *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux Xlle. et Xllle. Siècles*, col. Civilização Portuguesa, IX, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982.
- FERNANDES, A. de Almeida, *Taroucae Monumenta Historica. Livro de Doações de Tarouca*, vol. I/1-3, Braga, Câmara Municipal de Tarouca, 1993.
- FERNANDES, Rui, «Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas» in *Collecção de inéditos de História Portuguesa*, tomo V, Lisboa, Ed. Academia Real das Ciências, 1824.
- FERREIRA, J. A. Pinto, «Antiguidades de Numão», separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XVI, fasc. 1-2, Porto, 1953.
- FERREIRA, J. A. Pinto, *Freixo de Numão. Apontamentos*, Porto, Edições Marânus, 1954.
- FERREIRA, J. A. Pinto, «Numão - notável estação arqueológica» in *Actas do I Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto, 1962.
- FERREIRA, J. A. Pinto, «Cabeceiras de sepulturas medievais existentes em Numão» in *IV Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto, 1965.
- FERREIRA, J. A. Pinto, «Numão Pré-Histórico» in *Arqueologia e História*, 8ª série, vol. XII, Lisboa, 1967.
- FERREIRA, J. A. Pinto, «Achado de uma pedra singular na estação arqueológica de Numão» in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XX, fasc. 3-4, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1968.
- FERREIRA, J. A. Pinto, *A propriedade no antigo concelho de Freixo de Numão*, Lisboa, 1969.

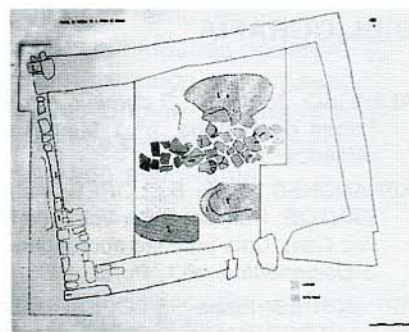
- FERREIRA, J. A. Pinto, «Pesos arcaicos de tear encontrados em Numão» in *I Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 1969.
- FERREIRA, J. A. Pinto, *Antigo Concelho de Freixo de Numão - memórias paroquiais do séc. XVIII*, Lisboa, 1974.
- FERREIRA, J. A. Pinto, «Numão através da História» in *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, vol. I, 1977.
- FERREIRA, J. A. Pinto, «Alexandre Herculano em terras numantinas - 1853» in *A historiografia Portuguesa de Herculano*, Lisboa, 1978.
- FRANKLIN, Francisco Nunes, «*Memórias sobre os foraes*», Lisboa, 1825, pág. 137.
- GOMES, Paulo Dordio, «O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho», in *Arqueologia Medieval*, nº 2, Mértola, Ed. Afrontamento, 1993.
- História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vols. I, II, III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992-1993.
- JORGE, Susana Oliveira, «Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia» in *Nova História de Portugal*, vol. 1, coord. de Jorge de Alarcão, Lisboa, Ed. Presença, 1991.
- LEAL, Pinho, *Índice Geográfico...*, vol. 6, 1875.
- LEITE DE VASCONCELLOS, *Etnografia Portuguesa*, vol. III, Lisboa, 1941.
- LEMA, Paula Bordalo, *O Alto Douro*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1980.
- Livro da Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal - 1574*. Paris, Fund. Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.
- Portugaliae monumenta historica. Diplomata et chartae. Leges et Consuetudines*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867.
- REIS, António Matos, *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, 1991.
- RIBEIRO, Orlando et alii, *Geografia de Portugal, o ritmo climático e a paisagem*, vol. II, Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1989.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1991.
- RODRIGUEZ, José Ignacio de la Torre, «A Comarca de Ribacôa no Tratado de Alcañices» in *Douro - Estudos & Documentos*, nº 1, Porto, Ed. GEHVID, 1996.
- SÁ COIXÃO, A., «A propósito do 1ª Foral de Vila Nova de Foz Côa», *Terras e Gentes*, nº 51, Ano V, Junho de 1990.
- SÁ COIXÃO, A.; TRABULO A. A. Rodrigues, *Por terras do concelho de Foz Côa - Subsídios para a sua história, estudo e inventário do seu património*, Vila Nova de Foz Côa, ed. Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1995.
- SÁ COIXÃO, A.; TRABULO A. A. Rodrigues, *Evolução político-administrativa na área do actual concelho de Vila Nova de Foz Côa - séculos XII a XX*, Vila Nova de Foz Côa, ed. Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1995.
- SARAIVA, José da Cunha, «Inquirições de D. Denis na Beira», vol. 1, sep. do I vol. *Arquivo Histórico de Portugal*, Lisboa, 1934.
- SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Porto.
- SILVEIRA, Joaquim da, «Numão ou (melhor) Nomão», sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, tomo I-II, Coimbra, 1968.
- SOALHEIRO, João, «A Capela de S. Pedro extra-muros de Numão - Mãe das igrejas numantinas», *O Fozcoense*, nº 1661, pág. 11 e 16; nº 1662, pág. 9.
- TEIXEIRA, Carlos, «Geologia de Portugal», Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.
- VITERBO, Santa Rosa de, *Elucidário*, Lisboa, 2ª ed., 1865.



Aspecto do interior da Capela de S. Pedro de Numão. Saliente-se o lajeado pétreo formando um corredor central delimitado por três sepulturas escavadas na rocha.



Alicerce da parede oeste da Capela de S. Pedro. Identifica-se a soleira da entrada e o encaixe do eixo da porta.



Planta da área intervencionada.